



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

**ACTA NÚMERO SEIS**

**----- ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E SEIS. -----**

----- Aos dezasseis dias do mês de Outubro de dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, extraordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme alínea a) do artigo quinquagésimo da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**----- Ponto Único). – Aprovação da Proposta de Contratação de um Empréstimo de 971.583,00 Euros. -----**

----- Aberta a sessão o Senhor Presidente da Assembleia, deu as boas vindas a todos os presentes, passando-se de imediato à chamada. Verificou-se que estavam presentes os seguintes membros: José António Cerqueira da Costa Moreira, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, Aníbal Alves do Rosário, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Paula da Felicidade Ferreira Martins, Nuno dos Santos Penascais Martins, Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro, Manuel Fernandes Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Vítor Manuel Fonseca Pires, António Augusto Xavier Alves, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado e Manuel Delfim Martins Miranda. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, O Sr. Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues, os Senhores

Vereadores António Jorge Fidalgo Martins, António Manuel Prada Oliveira e José de Jesus Cepeda Prada. -----

----- Verificou-se que estavam a faltar os seguintes membros: José Carlos Vaz Gonçalves, José Rodrigues Sena, Ilda de Fátima Fernandes Martins, José Luís Pires Rodrigues, Jorge Alberto Tomé Santos, César Manuel Veiga Rodrigues, Manuel Pascoal Lopes Padrão. Lembrou ainda que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo estava a faltar, mas que estava presente o Sr. António Augusto Xavier Alves em sua substituição. -----

----- **Ponto Único – Aprovação da Proposta de Contratação de um Empréstimo de novecentos e setenta e um mil quinhentos e oitenta e três euros. -**

-----  
Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi solicitado ao Sr. Presidente da Câmara que introduzisse este ponto da ordem de trabalhos. ----- No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara começou por referir que o que estava em causa era esta Assembleia votar a contratação de um empréstimo no valor de novecentos e setenta e um mil quinhentos e oitenta e três euros. Continuou dizendo que era bem melhor não ter que recorrer à banca, mas, se quiséssemos continuar a desenvolver o concelho, não restava outra alternativa, uma vez que é necessário continuar e concluir investimentos/obras que estão a decorrer, bem como fazer outras novas. Só desta forma será possível atrair e fixar pessoas. Sublinhou que o executivo que lidera tudo tem feito e continuará a fazer no sentido da promoção e desenvolvimento económico do concelho. Continuou dizendo que pretende o executivo dar continuidade aos projectos iniciados, concretizar a estratégia definida que compreende o lançamento de obras de carácter estruturante para o futuro do concelho, que se pretende promissor. Finalizar-se-á a segunda fase da zona industrial; concluir-se-á a construção de habitações a custos controlados; continuar-se-á a adquirir terrenos, designadamente entre o parque de campismo e piscinas bem como à entrada de Vimioso (vindo de Carção) para aí instalar um centro hípico e tauródromo, e ainda, se necessário for nas minas de Argoselo. Referiu-se ainda à intervenção (para breve) na Igreja Matriz de Vimioso, obra que considerou fundamental, não só pelo estado de degradação que apresenta, mas também, pela necessidade de dar à Praça Eduardo Coelho uma outra imagem. Mencionou o projecto de aproveitamento hidro - eléctrico de Algosos, cujo estudo de impacte ambien-

tal se encontra na respectiva Secretaria de Estado esperando que o mesmo seja deferido. Referiu-se também à prospecção das águas sulfurosas da Terroinha e à possibilidade do aproveitamento das mesmas para fins termais, bem como à constituição da zona de caça turística entre Algosos e Matela, cuja publicação estaria para breve. Recordou ainda um conjunto de obras que se encontram em execução: largo da capela (Vimioso); envolvente à Atalaia, entradas de Carção e Argoselo, polidesportivo e depósitos de água em Argoselo, adutora de água para Junqueira. Sublinhou a importância do empréstimo para a concretização destes investimentos por parte da autarquia, já que tem de ser esta a fazê-lo uma vez que o Governo continua a votar-nos ao esquecimento fazendo letra morta da tão falada solidariedade nacional. Mais ainda, pelos ventos que sopram, referindo-se à nova Lei das Finanças Locais, a autonomia das Câmaras Municipais ficará ainda mais comprometida, numa clara estratégia de encerramento de serviços, uns já concretizados e outros para breve (serviço de atendimento permanente – urgências). Terminou apelando à compreensão da Assembleia para a efectiva necessidade da contratação do empréstimo em apreciação. -----

----- Interveio o Sr. deputado Acácio Fernandes. Considerou que a redacção do ponto único da ordem de trabalhos não estava correcta pois que, quem tinha competência para apreciar e votar relatórios finais de apreciação de propostas é o órgão executivo (Câmara) e não o órgão deliberativo (Assembleia), de acordo com o Regimento da Assembleia. Sugeriu e alertou para a necessidade de a convocatória ser alterada no sentido de ser referenciada autorização da Assembleia para contratação do empréstimo. -----

----- No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, disse concordar com a contratação do empréstimo em função das finalidades enunciadas. Contudo, questionou se o mesmo não hipotecava o futuro da Câmara Municipal designadamente a possibilidade de vir a contratar novos empréstimos. -----

----- Para responder, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Agradeceu a intervenção do Sr. deputado Acácio Fernandes dizendo que se tratava apenas de uma questão de redacção porque o objectivo, e decorrente da Lei, era propor à Assembleia a aprovação (autorização) da contratação do empréstimo. Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso subli-

nhando que o empréstimo não comprometia a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, dizendo, de novo, que é necessário para o financiamento das seguintes obras: beneficiação das infra estruturas urbanas e requalificação urbanística da Escola Primária de Argoselo, requalificação urbanística da zona do calvário em Argoselo; requalificação urbanística da Avenida vinte e cinco de Abril em Carção, o reforço de abastecimento de água no concelho, reservatório de Matela e adutora de Junqueira, a construção de depósitos de água no concelho, reservatórios de água também em Argoselo, requalificação da zona envolvente da Atalaia em Vimioso, a construção do Parque de Campismo no concelho de Vimioso. ----- Foi dada a palavra ao Sr. deputado Vítor Paiva que, em resposta à intervenção do Sr. deputado Acácio Fernandes, disse que este tinha razão relativamente à redacção da convocatória, no sentido *stritu senso*. No entanto no sentido *latu senso*, a intervenção do Sr. deputado Acácio Fernandes não teria sentido, justificando que a Câmara Municipal estava a usar de total transparência na forma de actuar e na forma de contrair o empréstimo. Recordou que integrava esta Assembleia há nove anos e que, com outros executivos eram solicitadas autorizações para a contratação de empréstimos, sem que a Assembleia tivesse conhecimento do processo. Neste sentido louvou a postura do executivo sublinhando, uma vez mais, a forma clara e transparente como estava a contrair o empréstimo. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto único à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos contra dos Senhores deputados Acácio António Afonso Fernandes e Vítor Manuel Fonseca Pires, e as abstenções dos Senhores deputados Nuno dos Santos Penascais Martins e José Maria João de Quina Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso. Colocado à votação em minuta, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

----- Para apresentar declaração de voto foi dada a palavra ao Sr. deputado Acácio Fernandes. Interveio dizendo que, "aquando da apreciação do PPI e do Orçamento para este ano, considerei que o PPI não era um plano de actividades a realizar, mas sim um plano de pagamentos do PPI de dois mil e cinco e de pagamentos de serviços contratados ou a contratar. Também me referi à situação financeira pouco animadora da Câmara Municipal. A contratação deste empréstimo vem dar-me razão, todos sabemos que em

qualquer orçamento as receitas devem ser equivalentes às despesas e vice-versa. Ora bem, se a meio do ano há necessidade de recorrer a empréstimo, de duas uma ou as duas ao mesmo tempo, isto é: as receitas não foram correctamente previstas ou as despesas aumentaram para além das previstas. É muito bonito inscrever obras e obras no PPI e adjudicá-las, mas estas obras só devem ser inscritas se se souber que vai haver dinheiro para as pagar, porque se não é estar a ludibriar os munícipes. É muito mau, no meu entender claro está, reduzir tão drasticamente a capacidade e endividamento da Câmara Municipal porque está a ser posto em causa o futuro saudável das finanças do município, é que, quase quatro milhões de euros de dívida à banca é muita dívida, porque nós tínhamos a dívida de três milhões no final de dois mil e cinco, com mais agora quase um milhão, rondará os quatro milhões, para mim é muita dívida. Concluindo, estamos perante uma má gestão municipal, donde voto contra a contratação do empréstimo proposto pela Câmara Municipal.” -----

----- Também para apresentar uma declaração de voto foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, que disse: “ eu só poderia votar favoravelmente a contratação deste empréstimo, se aqueles pedidos que eu tenho feito aqui constantemente, algum deles, pelo menos, me fosse atendido ou me tivesse sido atendido. Há cinco anos que ando aqui a pedir obras para a minha terra com planos, com projectos, e ainda nunca fui contemplado com nada. Na zona industrial, a taxa de ocupação de há cinco anos para cá continua a mesma. Não vale a pena fazer empréstimos para investir na zona industrial porque ninguém vem para cá. Vimioso não é um concelho com tradições nem em touros nem em cavalos, pelo que não precisamos de um centro hípico para nada. Quanto à construção do parque biológico, não é uma obra essencial para o concelho de Vimioso. Por estas razões e por outras que não vou enunciar aqui, o meu voto é contra.” ----- Foi dada a palavra ao Sr. Vereador Engenheiro António Oliveira. Começou por dizer que não concordava com o teor das declarações de voto apresentadas. Justificou a não concordância dizendo que, relativamente ao equilíbrio entre receitas e despesas, deviam os senhores deputados saber que, os limites para a contratação de empréstimos são definidos pela Lei do Orçamento Geral do Estado e pela Direcção Geral das Autarquias Locais. Explicou que, no início do ano (elaboração do Plano e Orçamento) já se previa a contratação do emprés-

timo, embora não se soubesse com precisão o montante que podia ser contratado. Contudo, em Agosto, a Direcção Geral das Autarquias Locais informou acerca do valor do empréstimo a contratar, donde, sabendo-se dessa possibilidade procedeu-se à contratação do mesmo, donde, não há nenhuma falta de rigor na elaboração do plano. Além disso, considerou que, mais importante que os empréstimos que a Câmara possa eventualmente contratar, é a necessidade, num concelho como o nosso, de realizar obra no sentido de dar mais qualidade de vida às pessoas. Mais ainda, a ter de contratar empréstimos, essa contratação devia ocorrer exactamente nesta altura pois que, a nova Lei das Finanças Locais, a limitação às despesas com pessoal e todo um conjunto de medidas restritivas à acção das autarquias, que o Governo se prepara para implementar, reduzirá o nosso município a uma gestão corrente. -----

----- Relativamente à falta de investimento nas freguesias, concretamente em Angueira criticada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Vítor Pires, recordou que no último mandato foi por iniciativa da Câmara Municipal que se requalificou a Igreja de Angueira, está a ser melhorada a estrada Angueira – Três Marras , foi a Câmara Municipal que colaborou na execução do Parque de Merendas. Concluiu dizendo que não assiste qualquer razão ao Sr. Presidente da Junta de Angueira. -----

----- Não havendo mais intervenções, e nada mais havendo a tratar pelo Sr. Presidente da Assembleia, pelas dez horas e trinta minutos, foi dada a reunião por encerrada da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada . -----

-----  
O Presidente da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_  
O 1º Secretário da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_  
O 2º Secretário da Assembleia Municipal

